



# FOCO.ME

FÓRUM DE CORREGEDORIAS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

## **Fórum de Corregedorias do Ministério da Economia - 1ª Reunião**

### **Celeridade Processual em PAD - Aspectos Gerenciais**

**Março de 2022**

Detecção, na RFB/Coger, de **tempo total médio de duração de 5 anos e 8 meses**, desde a ciência do fato supostamente ilícito até a aplicação da pena expulsiva, em **135 PADs expulsivos de 2018 a 2020**, englobando:

- Na fase de admissibilidade, **o PCI** (análise preliminar, ou investigação preliminar sumária, sindicância investigativa ou sindicância patrimonial) empregado na subfase investigativa e o parecer de análise jurídico-principiológica;
- Na fase contraditória, **o PAD em si**, em rito ordinário, resultante em pena expulsiva, em geral, por valimento de cargo, improbidade administrativa ou recebimento de vantagem de qualquer espécie.

- Em média, nos 135 PADs, os 68 meses se distribuíram:
  - 32 meses (47%) da ciência do fato à instauração do PAD (fase de admissibilidade);
  - 29 meses (43%) no inquérito administrativo do PAD;
  - 7 meses (10%) no julgamento.
- **Dado de segurança jurídica:** média de reintegrações definitivas de 2,7% (21 em 775 de 2003 a 2020).
- **Foram detalhadamente analisados os 135 PADs**, em ordem decrescente de duração, planilhando a ocorrência, ou não, de incidentes supostamente causadores da demora.

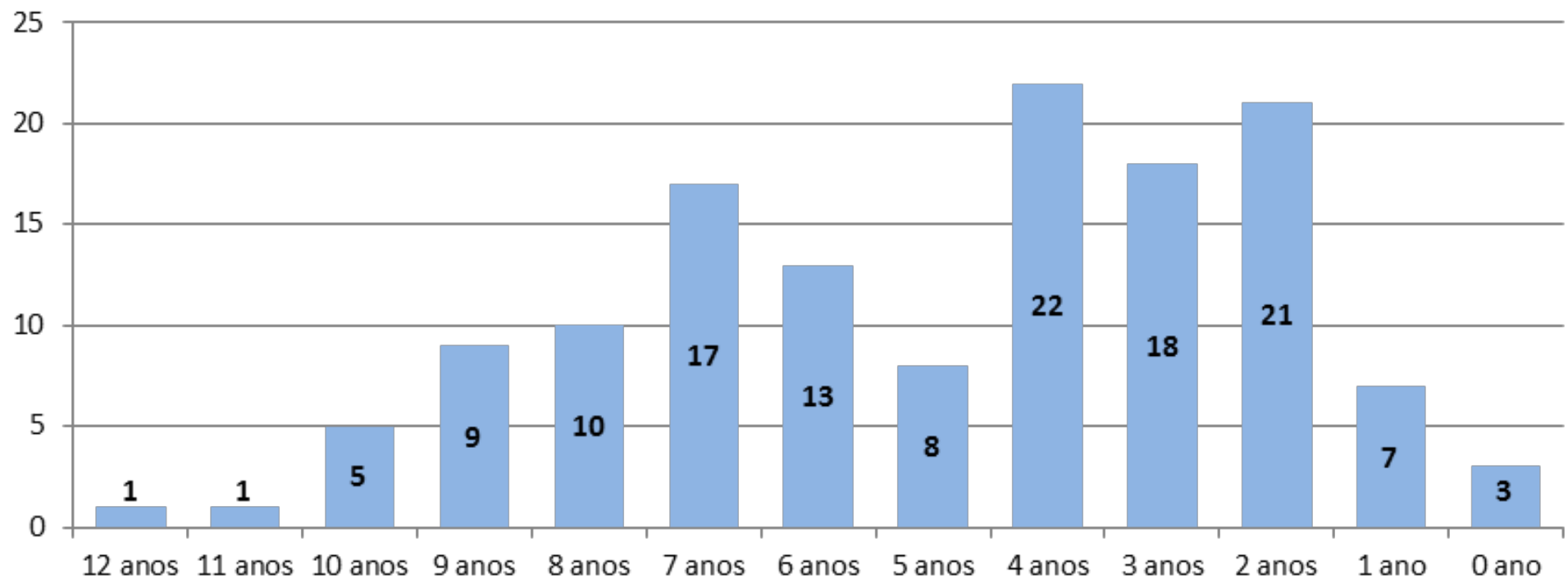
## 4 Distribuição do tempo de conclusão a cada ano a mais

| Duração do PAD                  | Último PAD em ordem decrescente concluído neste intervalo | Quantidade de PADs concluídos neste intervalo | % a cada faixa do total de 135 PADs | % acumulado do total de 135 PADs |
|---------------------------------|---|---|-------------------------------------|----------------------------------|
| De 12 anos a 12 anos e 11 meses | 1º  | 1   | 1                                   | 1                                |
| De 11 anos a 11 anos e 11 meses | 2º  | 1   | 1                                   | 2                                |
| De 10 anos a 10 anos e 11 meses | 7º  | 5   | 4                                   | 5                                |
| De 9 anos a 9 anos e 11 meses   | 16º   | 9   | 7                                   | 12                               |
| De 8 anos a 8 anos e 11 meses   | 26º   | 10  | 7                                   | 19                               |
| De 7 anos a 7 anos e 11 meses   | 43º   | 17  | 12                                  | 32                               |
| De 6 anos a 6 anos e 11 meses   | 56º   | 13  | 10                                  | 41                               |
| De 5 anos a 5 anos e 11 meses   | 64º   | 8   | 6                                   | 47                               |
| De 4 anos a 4 anos e 11 meses   | 86º   | 22  | 16                                  | 64                               |
| De 3 anos a 3 anos e 11 meses   | 104º  | 18  | 13                                  | 77                               |
| De 2 anos a 2 anos e 11 meses   | 125º  | 21  | 16                                  | 96                               |
| De 1 ano a 1 ano e 11 meses     | 132º  | 7   | 5                                   | 98                               |
| De 1 mês a 11 meses             | 135º  | 3   | 2                                   | 100                              |

## 5 Distribuição do tempo de conclusão a cada ano a mais

Quantidade de PADs concluídos a cada intervalo de um ano a mais na duração total

■ Quantidade PADs concluídos neste intervalo





## 6 Identificação concreta e prática de causas da demora

■ Análise detalhada dos 135 PADs (4 quartis, em ordem decrescente de tempo total), a fim de identificar incidentes causadores da demora.

| Incidentes possíveis de causar demora a cada quartil dos 135 PADs | 25% mais demorados > 7,5 anos | 50% mais demorados > 5 anos | 75% mais demorados > 3 anos | Íntegra dos 135 PADs | 25% mais céleres < 3 anos |
|---|-------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|----------------------|---------------------------|
| Subfase investigativa detalhada                                   | 91%                           | 88%                         | 88%                         | 90%                  | 97%                       |
| Prazos superiores a 5 dias para intimações no PCI                 | 74%                           | 53%                         | 47%                         | 38%                  | 9%                        |
| Longos períodos sem atos no PCI                                   | 74%                           | 56%                         | 43%                         | 35%                  | 9%                        |
| Afastamento judicial de sigilo bancário no PCI                    | 18%                           | 10%                         | 7%                          | 6%                   | 3%                        |
| Outras judicializações no PCI                                     | 0%                            | 1%                          | 1%                          | 1%                   | 0%                        |
| Demanda ao Serpro no PCI  | 0%                            | 0%                          | 0%                          | 0%                   | 0%                        |
| Perícia no PCI  | 6%                            | 3%                          | 2%                          | 1%                   | 0%                        |
| Longos períodos sem ato da autoridade instauradora                | 74%                           | 75%                         | 73%                         | 67%                  | 73%                       |
| Foco temporal de apuração patrimonial superior a 3 anos           | 22 em 26<br>85%               | 31 em 35<br>89%             | 37 em 44<br>84%             | 39 em 45<br>84%      | 1 em 1<br>100%            |
| Foco temporal de apuração funcional superior a 1 ano              | 7 em 8<br>87%                 | 18 em 33<br>55%             | 28 em 58<br>48%             | 40 em 90<br>44%      | 12 em 32<br>37%           |

# 7 Identificação concreta e prática de causas da demora

|   |                 |                 |                  |                  |               |
|---|-----------------|-----------------|------------------|------------------|---------------|
| Percentual de PADs patrimoniais em relação ao total | 26 em 34<br>76% | 35 em 68<br>53% | 44 em 102<br>43% | 45 em 135<br>33% | 1 em 33<br>3% |
| Instrução probatória acompanhada por procurador     | 82%             | 88%             | 80%              | 76%              | 64%           |
| Prazos superiores a 5 dias para atos de instrução   | 100%            | 93%             | 85%              | 76%              | 48%           |
| Longos períodos sem atos no PAD                     | 94%             | 93%             | 85%              | 78%              | 54%           |
| Deferimento de petições impertinentes               | 26%             | 15%             | 13%              | 12%              | 9%            |
| Afastamento judicial de sigilo bancário no PAD      | 18%             | 10%             | 8%               | 6%               | 0%            |
| Outras judicializações no PAD                       | 0%              | 0%              | 0%               | 1%               | 6%            |
| Incidente de sanidade mental                        | 6%              | 7%              | 6%               | 4%               | 0%            |
| Demanda ao Serpro no PAD                            | 9%              | 9%              | 7%               | 6%               | 3%            |
| Perícia no PAD                                      | 6%              | 6%              | 6%               | 5%               | 3%            |
| Conduta evasiva e omissiva por parte da defesa      | 65%             | 49%             | 37%              | 30%              | 6%            |
| Oferta de provas antes do interrogatório            | 35%             | 40%             | 41%              | 38%              | 30%           |
| Indiciação com mais de 50 folhas                    | 6%              | 3%              | 2%               | 1%               | 0%            |
| Revelia e defesa dativa                             | 15%             | 22%             | 23%              | 20%              | 12%           |
| Relatório com mais de 100 folhas                    | 18%             | 13%             | 9%               | 9%               | 27%           |

## **8 Identificação concreta e prática de causas da demora**

- As maiores concentrações de conclusões de PADs em faixas anuais se deram de 2 anos a 2 anos e 11 meses e de 4 anos a 4 anos e 11 meses, com 16% do total cada.
- **61 PADs (45% do total) foram concluídos entre 2 anos e 4 anos e 11 meses.**
- 104 PADs (77% do total) foram concluídos em 3 anos ou mais; 86 PADs (64% do total) foram concluídos em 4 anos ou mais.
- Em 25% dos PADs (34 PADs), demora de 7,5 anos.
- Em 50% dos PADs (68 PADs), demora de 5 anos.
- Em 75% dos PADs (102 PADs), demora de 3 anos.
- Em 100% dos PADs (135 PADs), demora de 6 meses.



## **9 Identificação concreta e prática de causas da demora**

**Incidentes que mais impactaram no cômputo da demora:**

- **concessão de prazos superiores a 5 dias para cumprimento de intimações no PCI ou realização de atos de instrução no PAD;**
- **longos períodos sem realização de atos no PCI e PAD;**
- **foco temporal de apuração funcional superior a 1 ano;**
- **percentual de PADs patrimoniais em relação ao total;**
  - **45 PADs (33% do total) e 26 PADs (76% do primeiro quartil) foram de análise patrimonial;**
- **conduta evasiva e omissiva por parte da defesa.**

**Ao contrário do esperado, causas mais frequentes associadas à atuação do sistema e das comissões.**

# 10 Sugestões gerenciais para celeridade processual

- Convencimento da alta administração de que é necessário seu **comprometimento** com a causa;
- Obtenção de **corpo funcional próprio**;
- Manualização, modelos e capacitação;
- Postura **seletiva na admissibilidade**, sobretudo condutas de baixa lesividade, inativos e ex-servidor;
- Estímulo à celebração de **TAC**;
- Concatenação das ações de investigação, análise jurídica e PAD;
- Designação de **comissões fixas**;
- Adoção de matriz de responsabilização e plano de trabalho, em harmonia com CRG-MM.

**31º episódio da série “Pode Falar”, o *podcast* da Controladoria-Geral do Estado de MG (CGE-MG):**

**<https://www.youtube.com/watch?v=hacDB-beTvc>**

**Obrigado a  
todos!**